

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Guilherme Rocha Reimão

DA VIRTUDE AO DEVER: A ÉTICA EM ARISTÓTELES E KANT

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso). Orientador: Humberto Schubert Coelho

Juiz de Fora
2025

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **Guilherme Rocha Reimão**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 202173076A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado Da virtude ao dever: a ética em Aristóteles e Kant , desenvolvido durante o período de 20/05/25 a 13/08/25 sob a orientação de Humberto Schubert Coelho , ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

Guilherme Rocha Reimão

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou (x) 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

DA VIRTUDE AO DEVER: A ÉTICA EM ARISTÓTELES E KANT

Guilherme Rocha Reimão¹

RESUMO

Este trabalho propõe uma análise comparativa entre as concepções éticas de Aristóteles e Immanuel Kant, com ênfase na distinção entre ética e moral. A investigação parte da premissa de que, embora os termos sejam frequentemente utilizados como sinônimos no uso cotidiano, na tradição filosófica possuem sentidos distintos e complementares. A partir da *Ética a Nicômaco*, de Aristóteles, explora-se a ética das virtudes como caminho para a eudaimonia, destacando o papel do hábito, da razão prática e da vida em comunidade na formação do caráter moral. Por outro lado, com base na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, de Kant, examina-se uma moralidade ancorada na autonomia da razão, na universalidade do dever e no imperativo categórico. O objetivo é compreender em que medida essas abordagens se contrapõem ou dialogam, e quais contribuições oferecem para pensar a ação moral, a liberdade e a responsabilidade no mundo contemporâneo. A metodologia adotada é de caráter bibliográfico e interpretativo, com apoio em comentadores clássicos e contemporâneos, como São Tomás de Aquino, Alasdair MacIntyre. Conclui-se que, apesar das diferenças de fundamentos teleológico em Aristóteles e deontológico em Kant, ambas as teorias contribuem para o esclarecimento dos critérios da vida ética, oferecendo subsídios para uma reflexão crítica sobre a moralidade e a formação do sujeito ético.

PALAVRAS-CHAVE: Ética. Moral. Aristóteles. Kant. Virtude. Dever.

1. INTRODUÇÃO

A distinção entre ética e moral é um dos temas centrais da filosofia prática e tem profundas consequências para a compreensão da ação humana, da liberdade e dos valores que orientam nossas escolhas cotidianas. Embora frequentemente usadas como sinônimos no senso comum, ética e moral têm significados separados no interior da tradição filosófica. Enquanto a moral refere-se ao conjunto de normas e costumes que regulam o comportamento social em contextos específicos, a ética ocupa um nível reflexivo, buscando analisar criticamente essas normas, seus fundamentos e sua validade. Como afirma Gilberto Cotrim (2006), a moral representa o sistema de regras vigente em uma sociedade, enquanto a ética interroga os critérios que tornam tais regras justificáveis ou não.

Essa distinção revela que nem todo valor moral aceito socialmente é, por isso, ético, no sentido de estar fundamentado racionalmente. Diante disso, o presente trabalho propõe examinar a relação entre ética e moral a partir da comparação entre duas concepções filosóficas clássicas: a ética das virtudes, desenvolvida por Aristóteles, e a ética do dever, formulada por Immanuel Kant, busca-se examinar a relação entre ética e moral. A escolha desses autores se justifica não apenas por sua importância histórica, mas pela profundidade de suas formulações, que continuam influentes nos debates contemporâneos sobre a moralidade, a justiça e a vida ética.

¹ Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Humberto Schubert Coelho

O objetivo principal é investigar em que medida ética e moral se distinguem e se articulam nas filosofias de Aristóteles e Kant, analisando os fundamentos que sustentam suas respectivas propostas. Enquanto Aristóteles compreende a moralidade como realização da natureza humana por meio do cultivo de virtudes e da prática deliberativa orientada à *eudaimonia*, Kant propõe uma moral autônoma, fundamentada exclusivamente na razão e na obediência ao dever, expressa pelo imperativo categórico. A partir dessa contraposição, buscamos refletir sobre os critérios que tornam uma ação moralmente válida e sobre as implicações dessas teorias para a formação do sujeito ético.

A metodologia adotada consiste em uma análise interpretativa das obras *Ética a Nicômaco*, de Aristóteles, e *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, de Kant, apoiada em comentários de autores como Paul Guyer, Alasdair MacIntyre, São Tomás de Aquino e Francisco da Silva, entre outros. O trabalho está estruturado em três partes principais: na primeira, abordamos os fundamentos da ética aristotélica, destacando a noção de virtude, a deliberação prática e a centralidade da *pólis*; na segunda, apresentamos os princípios da moral kantiana, com ênfase na razão prática, na autonomia e no imperativo categórico; por fim, na terceira parte, realizamos uma comparação crítica entre os dois modelos, identificando seus pontos de convergência, divergência e suas contribuições para a filosofia moral.

2. DESENVOLVIMENTO

O esforço para compreender a natureza das relações humanas e os critérios que orientam nossas escolhas morais nos leva, inevitavelmente, à filosofia. Nesse campo, destaca-se a distinção entre ética e moral, frequentemente confundidas no uso comum, mas com sentidos específicos na tradição filosófica. Um autor que nos auxilia a compreender de forma mais clara a distinção entre os termos “moral” e “ética” é Gilberto Cotrim, em sua obra *Fundamentos da Filosofia: História e grandes temas*. Segundo o autor, a moral refere-se ao “conjunto de normas, regras e valores vigentes em determinada sociedade, que orientam o comportamento das pessoas”, sendo portanto marcada por seu caráter social e histórico. A ética, por outro lado, representa o nível reflexivo em que se analisam criticamente essas normas, questionando sua legitimidade, sua coerência interna e seus fundamentos racionais.

Essa diferenciação é essencial para o estudo da filosofia moral, pois evidencia que nem todo valor moral e aceito socialmente é necessariamente ético ou justificável sob análise crítica. Enquanto a moral tende à conservação dos costumes estabelecidos, a ética abre espaço para a avaliação e eventual transformação desses mesmos valores. É nesse horizonte que as propostas de Aristóteles e Kant adquirem relevância, ao oferecerem modelos diferentes de como o ser humano deve agir de maneira moralmente correta.

Nesse sentido, tanto Aristóteles quanto Kant representam marcos fundamentais na história da ética ocidental, pois oferecem sistemas filosóficos coerentes e profundamente influentes sobre o que deve ser considerado moralmente correto. Aristóteles, no contexto da Grécia clássica, desenvolve uma ética fundada na experiência prática e na realização do ser humano em conformidade com sua natureza racional. Sua proposta é essencialmente teleológica, orientada por fins. Já Kant, que está inserido no contexto do Iluminismo e da razão moderna, propõe uma moral formal e universal, que se baseia no dever racional e na autonomia da vontade.

Ambos autores, portanto, representam modelos diferentes de fundamentação da moralidade: a ética das virtudes em Aristóteles está centrada no caráter, na formação do hábito e na busca da excelência (**areté**) com vistas à realização humana. Por outro lado, a ética do dever kantiana privilegia a intenção moral e a obediência à lei racional expressa pelo imperativo categórico, sendo independente de inclinações, consequências ou fins desejados. Ao longo deste trabalho, examinaremos essas propostas de forma comparativa, visando compreender como cada autor contribui para a definição e reflexão sobre a ética e para sua distinção para com a moral.

2.1 A ética das virtudes em Aristóteles: a busca pela *eudaimonia*

Antes de iniciarmos nossa discussão sobre a obra *Ética a Nicômaco*, escreverei brevemente sobre Aristóteles, viveu no século IV a.C., um período marcado por intensas transformações políticas, sociais e culturais na Grécia Antiga. Após a Guerra do Peloponeso, Atenas já não detinha a hegemonia política, mas permanecia como centro de efervescência cultural e intelectual. Nesse momento, a filosofia se reafirmava como um espaço para se refletir sobre a natureza da realidade, do conhecimento e, especialmente, sobre questões éticas e políticas. Discípulo de Platão durante cerca de vinte anos na Academia, Aristóteles assimilou profundamente o pensamento de seu mestre, mas, gradualmente, desenvolveu uma abordagem próprias e inovadoras, que divergiam em pontos centrais.

Enquanto Platão defendia a existência de um mundo transcendente das Ideias perfeitas e imutáveis, Aristóteles rejeitou tal separação, afirmando que a forma e a matéria são inseparáveis e que o conhecimento tem início na experiência sensível. Sua filosofia caracteriza-se pelo rigor sistemático, pela observação empírica e pela busca de classificação e organização do saber. Desenvolveu estudos abrangendo lógica, física, metafísica, biologia, política e ética, sendo esta última concebida como parte da filosofia prática, voltada a orientar a ação humana em direção ao bem supremo.

Como defende John Bowin (2017, p. 12,) Apesar de outros filósofos gregos já terem discutido as virtudes, foi Aristóteles quem estabeleceu a ética como uma disciplina filosófica independente. Sua obra *Ética a Nicômaco* é um marco, pois conecta a razão por trás das ações humanas ao objetivo maior da vida, que ele chamou de *eudaimonia*.

Na obra *Ética a Nicômaco*, Aristóteles estabelece que toda ação humana visa a algum bem, sendo o bem supremo a *eudaimonia*, ou felicidade, entendida como a realização plena da natureza racional do ser humano por meio da prática das virtudes. Segundo ele, há um fim último para todas as ações, como exemplifica no trecho: “todo conhecimento e toda escolha visam algum bem; por isso se afirmou, com razão, que o bem é aquilo a que todas as coisas tendem” (ARISTÓTELES, 2009, p. 13). Esse bem não pode ser compreendido como prazer momentâneo ou como mero acúmulo de bens materiais, mas como a excelência do viver humano.

Para alcançar a *eudaimonia*, é necessário viver de acordo com a excelência moral, ou seja, desenvolver hábitos virtuosos por meio da prática constante. Como diz Aristóteles: “As virtudes morais não nascem em nós por natureza, nem contra a natureza; ao contrário, somos naturalmente aptos a recebê-las e nos aperfeiçoamos nelas pelo hábito” (ARISTÓTELES, 2009, p. 34). A virtude, nesse contexto, não é inata nem imposta externamente, mas adquirida pelo hábito e pela razão prática, que orienta o indivíduo a agir com equilíbrio, evitando tanto os excessos quanto as faltas. Um exemplo claro é apresentado por Cotrim (2006): “A virtude da prudência é o meio-termo entre a precipitação e a negligência; a virtude da coragem é o meio-termo entre a covardia e a valentia insana”. Esse ideal ético está intimamente ligado à finalidade da vida humana e à inserção do indivíduo na comunidade política.

É importante que tomemos cuidado, para não chegarmos à conclusão errada de que a ética, especialmente na concepção aristotélica, seja puramente prática e desvinculada de qualquer orientação racional. Aristóteles diferencia dois tipos fundamentais de virtude: as morais e as intelectuais. As virtudes morais referem-se ao caráter e ao comportamento, formadas pelos hábitos e orientadas pelo justo meio. Já as intelectuais aperfeiçoam a razão e se desenvolvem pelo ensino e pela experiência, estando ligadas às capacidades da alma racional.

Entre as virtudes intelectuais, Aristóteles aponta cinco formas principais de conhecimento. A primeira é a *episteme*, que é o conhecimento científico de verdades necessárias. Depois vem a *techne*, o saber prático ligado à produção, como na arte ou na técnica. Também temos o *nous*, que é a intuição dos princípios primeiros. A *phronesis*, ou sabedoria prática, é aquela que orienta nossas ações morais com discernimento e bom senso. Por fim, há a *sophia*, que combina *episteme* e *nous*, representando o mais elevado tipo de saber teórico. Como destaca o filósofo José Trindade Santos, “sem a sabedoria prática, não há deliberação moral correta nem vida virtuosa” (SANTOS, 2001, p. 52). Assim, a *phronesis* ocupa um papel central na ética de Aristóteles pois conecta o conhecimento racional à ação concreta, tornando possível alcançar a *eudaimonia*.

Essa união entre razão e caráter exige que a ação moral seja realizada de forma voluntária e deliberada. Aristóteles desenvolve a ideia de que a virtude não depende apenas do que se faz, mas de como se faz: é necessário que o agente conheça o que está fazendo, escolha livremente e aja com intenção

racional. Por isso, distingue entre ações voluntárias realizadas com consciência e escolha e ações involuntárias, que ocorrem por ignorância ou coação. Apenas as primeiras podem ser objeto de julgamento moral. Como afirma: “Chamo voluntária a ação cujo princípio está no próprio agente, que conhece as circunstâncias em que ela ocorre” (ARISTÓTELES, 2009, p. 51).

A deliberação também desempenha papel fundamental nesse contexto. Pois esta relacionado com o processo racional pelo qual o agente escolhe entre diferentes meios possíveis, aquele mais adequado para atingir um fim. Aristóteles esclarece que “não deliberamos sobre os fins, mas sobre os meios para alcançá-los” (ARISTÓTELES, 2009, p. 59). Assim, a deliberação está diretamente conectada à prudência e à racionalidade prática, pois é por meio dela que o indivíduo encontra o justo meio nas circunstâncias particulares da vida.

Essa formação ética, no entanto, não ocorre com o sujeito sozinho ou em isolamento. Aristóteles insiste que o ser humano é, por natureza, um animal político (*zoon politikon*), e que a vida ética só se realiza plenamente no interior da *pólis*. A cidade não é apenas o lugar onde se vive, mas o espaço que oferece as condições para a formação moral do cidadão. Como afirma Trindade Santos, “a ética aristotélica não se concebe isoladamente da política: a formação do caráter e da virtude depende de instituições que promovam a justiça e o bem coletivo” (SANTOS, 2001, p. 45). A ética, portanto, é parte integrante da vida política e do ideal de uma sociedade bem ordenada, na qual os indivíduos possam desenvolver suas capacidades racionais e morais.

A proposta ética de Aristóteles, como vimos, está profundamente enraizada na experiência prática, na formação do caráter e na inserção do indivíduo na vida comunitária da *pólis*. A moralidade, nesse modelo, é construída por meio do hábito, da deliberação racional e da busca contínua pela excelência, tendo em vista a realização plena da natureza humana. Essa perspectiva, embora tenha sido ofuscada com o surgimento da ética moderna, foi colocada em relevância e atualizada na obra de Alasdair MacIntyre, que propõe uma reabilitação da ética das virtudes como alternativa às teorias morais racionalistas e fragmentadas contemporâneas. Segundo MacIntyre (2001), o ideal aristotélico de virtude como prática inserida em uma tradição ainda oferece um horizonte sólido para pensar a moralidade em um mundo marcado pela perda de referenciais éticos objetivos.

Contudo, com o advento da modernidade, novas concepções de moralidade emergem, deslocando o fundamento ético da finalidade natural e do contexto comunitário para a autonomia da razão individual. Se Aristóteles ancora a moralidade na finalidade natural e na vida comunitária, a modernidade deslocará seu eixo para a autonomia individual e a normatividade universal, ao conceber a moralidade como resultado da obediência incondicional a princípios racionais universais, expressos no imperativo categórico. Se Aristóteles fundamenta a vida ética no florescimento humano dentro da comunidade, Kant exige que a ação moral seja determinada unicamente pelo dever, independentemente de inclinações ou fins empíricos. A seguir,

examinaremos os principais elementos da moral kantiana, suas bases conceituais e seu contraste com o modelo aristotélico.

2.2 A Moral em Kant: Dever e Autonomia da Razão

Com a chegada da modernidade, marcada pelo Iluminismo e pelo destaque da razão autônoma, surgem novas formas de pensar a moralidade que rompem com o modelo teleológico clássico. Nesse contexto, Immanuel Kant se destaca ao propor uma ética totalmente diferente daquela apresentada por Aristóteles. Em vez de fundamentar a moral na realização da natureza humana ou na busca pela felicidade, Kant desloca o centro da ação ética para o dever racional, apoiado exclusivamente pela razão prática.

Para Kant, uma ação só pode ser considerada verdadeiramente moral quando é feita por respeito à lei moral, e não por interesse, hábito ou inclinação. O que dá valor ético à ação não são suas consequências nem sua conformidade com costumes, mas a intenção do agente de agir unicamente por dever. Nesse sentido, a boa vontade é o único bem moral incondicionado, pois é aquela que age por obrigação, mesmo diante de sacrifícios ou ausência de recompensas. Nas palavras do próprio Kant, “nada pode ser considerado bom sem qualificação, a não ser a boa vontade” (KANT, 2009, p. 47).

Esse princípio se apresentará na forma do imperativo categórico, que é uma norma moral universal que exige que o agente aja apenas segundo máximas que possam ser universalizadas, isto é que possam valer como lei para todos os seres racionais. Por isso, a moralidade kantiana assume um caráter formal, baseado na autonomia da razão, e busca garantir a dignidade da pessoa humana como fim em si mesma, jamais como meio. A seguir, exploraremos os principais conceitos dessa teoria, destacando suas diferenças estruturais em relação à ética das virtudes.

No coração da moral kantiana está o conceito de imperativo categórico, que representa a forma pura e racional da lei moral. Diferentemente dos imperativos hipotéticos, que dependem de condições e finalidades externas, por exemplo, “se quiser ser saudável, faça exercícios”, o imperativo categórico impõe-se de maneira absoluta: sua validade é independente de desejos, interesses ou consequências. A formulação mais conhecida do imperativo categórico afirma: “Age apenas segundo a máxima que possas ao mesmo tempo querer que se torne uma lei universal” (KANT, 2009, p. 59). Essa máxima exige que o sujeito, ao deliberar moralmente, se coloque na posição de um legislador universal, ou seja ser capaz de pensar e querer uma regra que possa valer para todos os seres racionais.

Essa exigência demonstra de maneira clara o caráter formal e universal da moral, ou seja, que não depende de contextos empíricos ou tradições culturais. A moralidade não se baseia no que é habitual, útil ou agradável, mas sim na capacidade da razão de legislar a si mesma, ou seja, na autonomia da vontade. Autonomia, nesse sentido, significa dar a si mesmo a lei, em oposição à heteronomia, em que a ação é

guiada por fatores externos. A liberdade moral, para Kant, não consiste em agir conforme os próprios desejos, mas em agir conforme a razão, que determina o dever de forma incondicional. Somente o ser racional autônomo é verdadeiramente livre, pois sua ação é guiada por princípios que ele mesmo reconhece como válidos.

A moralidade kantiana se estabelece a partir da diferença entre uma vontade perfeitamente racional e a vontade humana, que é imperfeita e sujeita a inclinações sensíveis. Uma vontade que age de maneira puramente racional, só poderia atribuir-se a uma divindade, já que a mesma não opera sob a forma da obrigação; sua ação é espontânea e intrinsecamente conforme à lei moral. É precisamente essa a razão pela qual Kant defende que a moralidade, tal como a compreendemos, não se aplica a Deus, pois a categoria do "dever" é central para a experiência moral humana. O dever surge como um imperativo, uma exigência da razão, que se impõe à vontade que, por ser imperfeita, nem sempre se alinha naturalmente com a lei moral. A moralidade, assim, não é mera conformidade com a lei, mas a luta contínua da vontade humana para superar suas inclinações e agir por dever, e em respeito à lei. Portanto, o conceito de dever é um elemento exclusivo da moralidade humana, indicando a tensão entre a razão e a sensibilidade, ou como podemos entender de maneira mais fácil a instabilidade entre o querer e o dever, e a necessidade de uma coerção interna para alcançar a conformidade moral.

A consequência dessa autonomia racional é o reconhecimento da dignidade do ser humano como fim em si mesmo. Uma das formulações do imperativo categórico exige que tratemos a humanidade, tanto em nós quanto nos outros, sempre como fim, e nunca como meio. Isso significa que cada pessoa deve ser respeitada em sua racionalidade e liberdade, não podendo ser instrumentalizada em função de interesses particulares. A moralidade, para Kant, é uma exigência da razão prática que reconhece, em cada ser humano, um valor absoluto e incondicional. Dessa forma, sua teoria ética oferece uma concepção de justiça e respeito à pessoa que teve grande impacto na formulação de direitos humanos e princípios normativos modernos.

A teoria moral kantiana tem como base a razão prática pura, ou seja, a faculdade da razão voltada não ao conhecimento, como ocorre na razão teórica, mas à ação. É por meio dela que o sujeito é capaz de reconhecer o dever moral e orientar sua vontade de acordo com princípios racionais universais. A razão prática não se submete às inclinações sensíveis nem aos desejos subjetivos, pois sua tarefa é determinar o que o agente deve fazer, e não o que deseja fazer. Para Kant, o valor moral de uma ação reside justamente no fato de ela ser realizada por dever, por reconhecimento da lei moral, e não por qualquer motivação externa ou interesse pessoal.

Esse fundamento racional conduz ao conceito de autonomia moral, que é talvez o ponto mais revolucionário do pensamento kantiano. Agir na capacidade de tomar decisões e agir de forma independente, é agir de acordo com leis que a própria razão reconhece como válidas para todos, sem

dependem de pressões externas, costumes sociais ou recompensas. A moralidade, nesse sentido, é expressão da liberdade racional: o sujeito moral não está submetido a uma autoridade externa, mas obedece à sua própria razão, que lhe impõe imperativos universais. Por isso, para Kant, só é verdadeiramente livre aquele que é capaz de agir moralmente. A autonomia, portanto, é o núcleo da dignidade do ser humano, pois faz dele um ser capaz de legislar universalmente.

Uma das consequências mais marcantes dessa visão é a separação entre moralidade e felicidade, que Kant estabelece de modo explícito. Diferente da tradição aristotélica, em que a ética está orientada para a realização de um fim natural (a *eudaimonia*), Kant insiste que a moralidade não pode se limitar pela busca da felicidade. Agir moralmente não significa buscar o bem-estar, mas cumprir o dever por respeito à lei. Embora Kant não negue a importância da felicidade, ele a considera um bem condicionado e subjetivo, que não pode ser fundamento da moral. Como ele afirma: “A moralidade não é propriamente a doutrina de como nos tornamos felizes, mas de como nos tornamos dignos da felicidade” (KANT, 2009, p. 82). Isso significa que, para Kant, o mérito moral reside na intenção de agir corretamente, mesmo que isso não conduza ao bem-estar pessoal.

Dessa forma, Kant apresenta uma moralidade incondicional, que se baseia exclusivamente na razão, que exige do sujeito um compromisso absoluto com o dever. Tal exigência, no entanto, impõe uma tensão com a natureza humana, uma vez que a razão prática não visa satisfazer desejos ou alcançar recompensas, mas ordenar a ação moral independentemente de seus efeitos. Essa tensão fica evidente na separação rigorosa entre moralidade e felicidade, e levanta questões quanto à possibilidade de conciliação entre os ideais morais e as condições concretas da existência. Como explica Paul Guyer, em sua análise sobre a moralidade kantiana:

“Kant estava convencido de que a felicidade não poderia ser a base da moralidade — nem porque é contingente, nem porque não é necessariamente desejável em todas as suas formas. [...] O que a razão prática exige é que ajamos por respeito à lei, e não em busca da felicidade. Mas isso não impede que a razão deseje uma união entre moralidade e felicidade: ela exige que o mundo seja tal que um ser racional possa esperar, ao menos no plano da esperança prática, que a moralidade conduza à felicidade. Essa exigência dá origem à ideia de um bem supremo — não como resultado empírico, mas como exigência racional que aponta para uma ordem moral do mundo.” (GUYER, 2006, p. 218)

Essa reflexão evidencia a profundidade da proposta kantiana, que não nega a importância da felicidade, mas subordina sua realização à dignidade moral do agente. A moralidade, assim, não promete recompensas, mas fundamenta a esperança racional de que agir corretamente é compatível com a realização plena da existência. Encerramos, portanto, a exposição dos princípios centrais da ética kantiana, que se destaca por sua formalidade, universalidade e exigência de autonomia. A seguir, analisaremos como as propostas de Aristóteles e Kant se distinguem e se relacionam no tratamento da moralidade, buscando compreender os limites e as contribuições de cada abordagem para o debate ético contemporâneo.

2.3 Um diálogo entre Aristóteles e Kant

A comparação entre Aristóteles e Kant revela duas formas fundamentais de compreender a moralidade: uma centrada na excelência do caráter e na finalidade da vida humana, e outra fundada na autonomia racional e no dever moral. Enquanto Aristóteles concebe a ética como a realização da natureza humana por meio da virtude e da deliberação prática orientada à *eudaimonia*, Kant defende que a moralidade deve ser regida por princípios universais derivados da razão, independentemente de qualquer fim empírico. Essa diferença central aparece de forma clara na seguinte análise:

“Enquanto Aristóteles considera a moralidade como o meio para alcançar a plenitude do ser humano em conformidade com a sua natureza, Kant a entende como a obediência da vontade racional a leis que ela mesma estabelece, independentemente de qualquer inclinação ou fim natural.”
(SILVA, 2012, p. 37)

Essa diferença evidencia dois paradigmas éticos particulares. Na ética aristotélica, o agente moral é alguém que se aperfeiçoa por meio do hábito, da razão prática e da inserção na comunidade política, desenvolvendo virtudes que o conduzem à vida boa. Já para Kant, o sujeito moral é aquele que age unicamente por dever, mesmo que isso vá contra suas inclinações ou interesses, demonstrando assim sua autonomia. A moralidade, nesse modelo, não é um meio para atingir a felicidade, mas uma exigência absoluta da razão.

Outro ponto importante de divergência entre Aristóteles e Kant diz respeito à importância das emoções e inclinações na constituição da moralidade. Para Aristóteles, as emoções não apenas acompanham a vida moral, mas podem e devem ser educadas pela razão. A virtude moral consiste justamente no equilíbrio entre razão e afetos, de modo que o sujeito aja com prazer naquilo que é moralmente correto. A *phronesis*, ou sabedoria prática, é a faculdade responsável por mediar entre razão e desejo, orientando o agente ao justo meio em cada situação concreta. Desse modo, a ética das virtudes pressupõe uma harmonia entre racionalidade e sensibilidade, na qual a excelência moral resulta da integração gradual das disposições afetivas ao ideal da **areté**.

Kant, por outro lado, adota uma posição bem mais rigorosa quanto à influência das emoções. Em sua filosofia, a moralidade não pode depender das inclinações, paixões ou sentimentos, pois estes são contingentes, variáveis e muitas vezes contrários ao dever. O agir moral exige que o sujeito seja capaz de obedecer à lei moral mesmo contra seus desejos, demonstrando, assim, sua autonomia racional. Como afirma Kant: “Não se pode garantir que a inclinação conduzirá sempre ao bem; por isso, a moral deve repousar unicamente sobre o dever” (KANT, 2009, p. 65). Isso não significa que Kant desprezasse totalmente os sentimentos morais, mas esses devem ser efeitos do reconhecimento racional do dever, e não sua origem motivadora.

A diferença entre os dois modelos torna-se evidente, Aristóteles busca formar o sujeito moral a partir da experiência e da educação dos afetos; Kant exige do sujeito superar suas inclinações em nome de um princípio racional e universal. Se para Aristóteles, a virtude é inseparável do prazer moral cultivado pela repetição e pelo hábito, para Kant a ação moral é tanto mais meritória quanto mais enfrenta a resistência das paixões. Essa oposição revela não apenas abordagens distintas, mas também dois modos de conceber a liberdade: como aperfeiçoamento do caráter (Aristóteles) ou como obediência à razão autônoma (Kant).

Outro ponto de divergência relevante entre os dois pensadores diz respeito ao lugar da comunidade na formação da moralidade. Aristóteles concebe o ser humano como um ser político por natureza (*zoon politikon*), cuja realização moral depende de sua inserção ativa na vida da *pólis*. A ética, nesse contexto, não é apenas uma questão individual, mas envolve a educação cívica, a convivência com outros cidadãos e a participação no bem comum. A prática da virtude está profundamente ligada aos vínculos sociais e à estrutura das instituições que permitem o florescimento da vida racional e justa. Como tal, a ética aristotélica possui uma dimensão comunitária intrínseca: o indivíduo só pode se tornar virtuoso em uma comunidade que valoriza a excelência moral.

Já na ética kantiana, o sujeito moral é concebido em termos abstratos e universais, independentemente de sua cultura, posição social ou pertencimento histórico. A moralidade não se define pelas circunstâncias empíricas do agente, mas por sua capacidade racional de agir conforme princípios universalizáveis. A comunidade não é o ponto de partida para a formação moral, mas um possível campo de aplicação das leis morais derivadas da razão. O ideal kantiano é o de uma moralidade que transcende contextos culturais e históricos, aplicando-se igualmente a todos os seres racionais. O sujeito moral kantiano, portanto, age como se fosse um legislador no reino dos fins, onde cada indivíduo é tratado como fim em si mesmo, mas sem que isso dependa de vínculos sociais concretos.

Essa oposição entre uma ética ancorada na vida cívica e uma ética formalmente universal aponta para duas formas diferentes de conceber a construção da moralidade. Aristóteles propõe uma formação ética enraizada na experiência comum, na tradição e na prática partilhada; Kant propõe uma moral fundada na razão autônoma, que transcende qualquer conteúdo empírico. Ambos, contudo, compartilham a intenção de conferir à ética um fundamento racional que permita distinguir o justo do injusto para além de meros costumes. Suas diferenças, assim, enriquecem o debate contemporâneo sobre o papel da razão, da cultura e da liberdade na constituição do agir moral.

Diante da análise comparativa entre Aristóteles e Kant, observa-se que ambos oferecem fundamentos éticos profundamente distintos, mas igualmente significativos. Aristóteles concebe a ética como um processo formativo orientado à realização da natureza humana racional, onde "a moralidade é o meio para alcançar a plenitude do ser humano em conformidade com sua natureza" (SILVA, 2012, p. 37). A virtude moral, nesse contexto, depende da prática, da deliberação e da convivência na *pólis*. Já Kant entende a

moralidade como a obediência da vontade racional à lei moral universal, independentemente de qualquer inclinação ou finalidade empírica. Como destaca Paul Guyer, “o que a razão prática exige é que ajamos por respeito à lei, e não em busca da felicidade” (GUYER, 2006, p. 218), o que marca a centralidade da autonomia e da razão pura em sua teoria. Apesar dessas diferenças, ambas as perspectivas compartilham o esforço de fundamentar a moral em princípios racionais que vão além do costume e da subjetividade. Como observa MacIntyre, a tensão entre essas abordagens revela duas tradições éticas distintas: uma ligada à excelência prática da vida humana e outra à formalidade racional da obrigação moral. Ao serem lidas em conjunto, essas filosofias ampliam nossa compreensão sobre os modos possíveis de se pensar a moralidade, seus fundamentos e suas implicações para o mundo contemporâneo.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo investigar as diferentes fundamentações da moralidade a partir das éticas de Aristóteles e Immanuel Kant, dois dos maiores pensadores da tradição filosófica ocidental. A partir da distinção conceitual entre ética e moral, analisamos como cada autor concebe o agir moral, suas exigências e seu papel na formação do indivíduo e da sociedade. Ao longo do percurso, evidenciamos que Aristóteles entende a moralidade como uma prática integrada à vida política, pautada pela busca da *eudaimonia* e pela formação de virtudes por meio do hábito, da razão prática e da convivência na *pólis*. Kant, por sua vez, propõe uma moral fundada exclusivamente na razão autônoma, onde o valor ético da ação reside no cumprimento do dever por respeito à lei moral, independentemente de desejos ou consequências.

A comparação entre os dois sistemas evidenciou não apenas suas diferenças de método e fundamento, mas também os distintos modos como cada autor concebe a liberdade, a responsabilidade e a finalidade do agir humano. A ética das virtudes de Aristóteles apresenta uma dimensão formativa e comunitária, na qual o sujeito se aperfeiçoa gradualmente por meio da experiência e da participação social. Já a moral do dever de Kant exige do agente a superação das inclinações em nome de princípios universais derivados da razão, enfatizando a dignidade incondicional da pessoa e a imparcialidade da norma moral. Como vimos, tais concepções não se excluem mutuamente, mas apontam para perspectivas complementares sobre o que significa agir moralmente.

Em um contexto contemporâneo marcado pela pluralidade cultural, pela crise de valores e pela busca por critérios éticos universais, revisitar essas duas tradições oferece ferramentas conceituais para pensar tanto os fundamentos da ética quanto sua aplicação prática. A recuperação da ética das virtudes, proposta por autores como Alasdair MacIntyre, mostra que a formação do caráter e a dimensão política da moralidade seguem sendo temas centrais. Da mesma forma, a defesa kantiana da autonomia moral e da dignidade humana continua a inspirar reflexões sobre justiça, direitos e responsabilidade. Esperamos, com este estudo, ter contribuído para uma compreensão mais ampla e crítica da relação entre ética e moral, bem como para o aprofundamento do diálogo entre razão, prática e liberdade na ação humana.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicolás. **Historia de la filosofía**: La filosofía del Romanticismo. Tradução de Juan Estelrich e J. Pérez Ballestar. Barcelona: Hora, 1994. v. 3. 830 p.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução de Antônio Pinto de Carvalho. São Paulo: Nova Cultural, 1991.
- BARNES, Jonathan. **Aristóteles**. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2009.
- BOWIN, John. Aristotle's Virtue Ethics. In: BOWIN, John (org.). **A Companion to World Literature**. Malden: Wiley-Blackwell, 2020. p. 12.
- CARDOSO, Flora Rocha. **A teoria das virtudes de Alasdair MacIntyre**. 2010.
- COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da Filosofia**: história e grandes temas. São Paulo: Saraiva, 2006.
- DE SOUZA, André Chagas Ferreira. Notas sobre a disposição de caráter na *Ética a Nicômaco* de Aristóteles. **Sofia**, v. 6, n. 1, p. 93-110, 2017.
- GUYER, Paul. **Kant**. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2009.
- KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2009.
- MACINTYRE, Alasdair. **Depois da virtude**: um estudo sobre a teoria moral. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- NUSSBAUM, Martha C. **A fragilidade da bondade**: fortuna e ética na tragédia e na filosofia gregas. Tradução de Virgílio Bezerra. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.

ROSA, Aléssio da. **A proposta da ética das virtudes de MacIntyre**: interfaces com a política contemporânea. 2018.

SALLES, Walter Ferreira; CAMARGO, Rodrigo Camilo. Justo meio: sua importância e seu papel na ética aristotélica. **Lex Humana**, v. 10, n. 2, p. 138-159, 2018.

SANTO TOMÁS DE AQUINO. **Comentário à Ética a Nicômaco de Aristóteles**. Tradução de Alexandre Correia. São Paulo: Loyola, 2001.

SILVA, Francisco da. **Fundamentos da ética**: uma introdução crítica. São Paulo: Paulus, 2012.

TRINDADE, José. **Ética**: uma introdução filosófica. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.